

DADOS DEMOGRÁFICOS DA USP: A PESQUISA “MULHERES E HOMENS DA USP” E A CONCEITUAÇÃO DE GÊNERO

MARIA EDUARDA MARTINS MENDES CORDEIRO¹³⁷

Resumo: O artigo investiga a conceituação de gênero adotada pela Universidade de São Paulo, utilizando como *corpus* de pesquisa os Anuários Estatísticos da instituição, de 2001 a 2020. Este trabalho parte do estudo realizado pelo Escritório USP Mulheres, hoje incorporado à Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP), em que foi realizada a coleta e tratamento dos dados demográficos da população uspiana, compreendendo os vínculos discentes, de docência e servidores técnico-administrativos. O que se revela patente são as ações crescentes de incorporação oficial de pautas vinculadas à equidade e aos direitos humanos, acompanhadas de uma concomitante persistência da concepção binária de gênero e, até o ano de 2019, de uma diminuta agregação de outros marcadores sociais nos levantamentos demográficos da instituição.

Palavras-chave: USP; Gênero; Anuários; População uspiana.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa a conceituação de gênero através dos dados demográficos da Universidade de São Paulo, coletados, tratados e organizados pelo Escritório USP Mulheres¹³⁸. A partir do projeto “Mulheres e Homens da USP”¹³⁹, são observadas as proporções de ambos os gêneros nos vínculos de graduação, pós-graduação, pós-doutorado, docência e servidores técnico-administrativos. É necessário ressaltar que o estudo, em sua primeira edição, adotou a distinção binária entre homens e mulheres, seguindo a abordagem oficial de órgãos da administração pública brasileira. O que, portanto, permite refletir sobre a legitimidade de tal distinção, apontando para a relevância de sua rediscussão pela Universidade.

Também o *corpus* selecionado mantém a adoção da categoria homens e mulheres, de forma exclusiva: os dados da tabela “Distribuição da população da USP por gênero e por Unidade” dos Anuários Estatísticos de 2001 a 2020 (referentes aos anos 2000 a 2019) foram disponibilizados seguindo tal separação. Soma-se a isso a consideração de que, entre os anos 2000 a 2018, a tabela era denominada como “Distribuição da USP por Sexo e por Unidade”, revelando a adoção oficial recente da categoria “gênero”.

¹³⁷ Aluna de graduação em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Ex-estagiária da área de pesquisas do Escritório USP Mulheres. E-mail: dudahist@usp.br.

¹³⁸ Órgão de assessoramento vinculado à Reitoria da Universidade, criado em 2016, o Escritório era responsável pela elaboração de projetos comprometidos com a equidade de gênero no âmbito da comunidade uspiana. Suas atribuições principais foram integradas à PRIP-USP, criada em 2022.

¹³⁹ Realizado entre 2021 e 2022, foi coordenado por Rodrigo Correia do Amaral e teve como equipe Rennan Valeriano Silva Lima e a autora deste artigo. A proposta objetivou criar uma plataforma, referência no armazenamento e disponibilização aberta de dados sobre a distribuição e desigualdade de gênero na USP.

Ainda que diante de tais categorizações, a análise descritiva empreendida buscou apresentar um panorama inédito da população uspiana e de sua distribuição nas três grandes áreas do conhecimento (Humanidades, Exatas e Biológicas), incluindo cursos da grande área *Science, Technology, Engeneering, and Mathematics* (STEM), desdobradas em quatro subáreas: Ciências da Computação, Ciências da Vida, Ciências Físicas, e Engenharia e Tecnologia.

Com isso, foi lançado o Observatório USP Mulheres¹⁴⁰, que permite a visualização dos dados por meio de gráficos gerais, de áreas e unidades específicas, de acordo com os interesses de cada usuário. Contudo, os dados compreendidos na pesquisa não informam cor/raça, etnia, e não especificam o enquadramento do servidor docente (se professor doutor, professor titular ou livre-docente). As ausências observadas, além das relatadas acima, como aquelas relacionadas à parentalidade, por exemplo, movimentam discussões sobre variáveis que devem ser coletadas pela Universidade de São Paulo, permitindo, estas, um maior detalhamento e compreensão sobre a comunidade uspiana, movimentando políticas de maior alcance e impacto. Logo, apontam para a necessidade de avanço na criação de instrumentos de coleta de dados que permitam o cruzamento com outros marcadores sociais.

Nesse sentido, a própria categoria “gênero” mobilizada pode ser rediscutida, enquanto se observa a entrada da agenda da equidade de gênero e os tensionamentos inerentes a ela na USP. Caminhando lado a lado com a agenda dos direitos humanos no espaço universitário, os debates vinculados à equidade indicam a forma como a instituição compreende e agrega tais questões. A priori, nas fontes analisadas, o que prevalece é a concepção binária (homens e mulheres), estando ausentes outros marcadores socioeconômicos. A mudança de “sexo” para “gênero”, todavia, parece ser significativa da possibilidade de desvinculação à ideia restrita de sexo biológico, de caráter fixo.

2. CONCEITUAÇÃO DE GÊNERO ATRAVÉS DA LITERATURA

Destarte, deve ser retomada a discussão teórica relacionada à distinção sexo/natureza e gênero/cultura. No primeiro caso, é tido o sexo como fundamentado por aspectos biológicos, vinculados às diferenças corporais, resultando em uma diferenciação entre papéis sexuais. São reduzidos, pois, ao inevitável fato natural e universal das diferenças de sexo, em que a biologia é o destino, afirma Verena Stolcke (1991). No segundo, é teorizado o gênero enquanto oposto ao reducionismo biológico (STOLCKE, 1991, p. 103), como formulação cultural de caráter relacional, “redefinido e reestruturado em conjunção com a visão de igualdade” (SCOTT, 2019, p. 77). Ainda assim, não é possível afirmar que o discurso hegemônico do gênero abdique por completo da estrutura binária, muitas vezes.

Torna-se relevante focalizar, inicialmente, o grau de legitimidade assumido pela distinção entre homens e mulheres, em que pese o fato das categorias de gênero ocidentais, marcadas pela oposição binária, não serem necessariamente definidoras para outras culturas (OYEÛMÍ, 2020, p. 8). A concepção de uma diferença pautada pelo corpo, entendida como diferença sexual, é uma elaboração de caráter histórico e contextual (LAQUEUR, 2001, p. 27). Assim é que a passagem de um modelo de sexo único, baseado em um *continuum*, para aquele de dois sexos, estruturado através da ideia de dois sexos incomensuráveis, encontra-se em processo de elaboração entre meados do século XVIII e ao longo do XIX, na proposição teórica de Thomas Laqueur (2001).

¹⁴⁰ O Observatório pode ser visitado em uma seção específica do site do Escritório USP Mulheres, que permanece ativo. Disponível em: <http://uspmulheres.usp.br/observatorio/>. Acesso em: 16 mai. 2023.

Para o autor, trata-se de uma mudança ocorrida em “espaços novos e vastos, abertos pelas revoluções intelectual, econômica e política dos séculos XVIII e XIX” no Ocidente (LAQUEUR, 2001, p. 241). É, pois, uma passagem em que a biologia se torna fundamento epistêmico, concedendo à ideia de diferença, uma qualidade definida como natural: na verdade, esse dimorfismo radical se estrutura a partir de transformações políticas. Com isso, o “natural” não se revela distante do “cultural”, já que não há forma de conceber um sujeito fora da cultura, ou a desigualdade como justificada pelo biológico.

Os ecos de tais relações desiguais se revelam também na distribuição da população uspiana. A partir da investigação, torna-se visível a permanência de uma sobrerrepresentação de mulheres em cursos voltados às profissões associadas ao cuidado — como Enfermagem e Pedagogia — e de uma hiperconcentração masculina nos cursos de Engenharia, sendo que a distribuição de mulheres e homens entre servidores técnico-administrativos tende a seguir esses padrões. Nesse contexto, a categoria “gênero” surge como imbricada às formulações de carreiras tidas como femininas e, outras, como marcadamente masculinas.

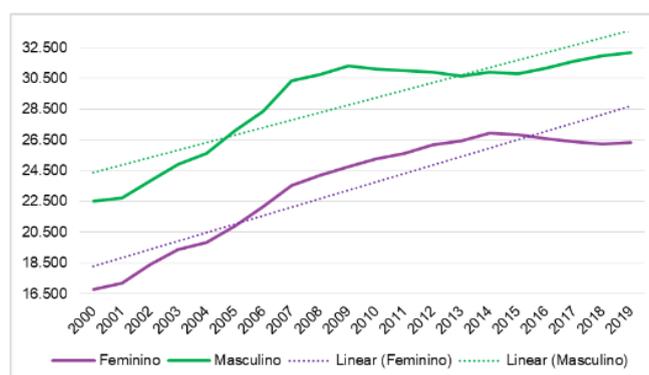
3. CONCEITUAÇÃO DE GÊNERO E DADOS DA USP

Todos os dados apresentados a seguir são resultados do projeto “Mulheres e Homens da USP”, e aqui são reproduzidos. O que se intenta, nesse momento, é agregar, de maneira introdutória, a análise dos dados à literatura específica sobre o conceito de gênero, e de como o mesmo é mobilizado na esfera institucional e no cotidiano uspiano, para além de uma análise quantitativa. Assim, observa-se que, entre 2000 e 2019, a população da Universidade de São Paulo teve um crescimento de 38%, indo de 85,5 mil para 118 mil. A população masculina manteve-se como maioria, passando de 54,3%, no ano 2000, para 53,2% em 2019. Já as mulheres passaram de 45,7% para 46,8%.

Na graduação, o crescimento geral foi de 48,9%. Os homens são, aqui, maioria, oscilando de 57,3%, em 2000, para 55%, em 2019, enquanto mulheres oscilaram de 42,7% para 45%. Em Humanidades¹⁴¹, o crescimento foi de 43,6%, com homens e mulheres muito próximos. Em Exatas, cujo crescimento total foi de 61,2%, a população feminina obteve um crescimento interno da ordem de 112%. Porém, sua presença se deu em 28%, contra uma representação masculina de 72% em 2019. Em Biológicas, o cenário se inverte, já que o corpo discente de mulheres passou de 58% para 62%.

¹⁴¹ Os gráficos referentes às áreas do conhecimento (de acordo com cada vínculo com a Universidade) também encontram-se no Observatório. Disponível em: <http://uspmulheres.usp.br/observatorio/>. Acesso em: 16 mai. 2023.

Gráfico 1 — Evolução da população de graduação, por gênero (2000 – 2019)



Fonte: Anuários Estatísticos/ Elaboração: USP Mulheres

Tabela 1 — Proporção feminina e masculina na graduação da USP (2000 – 2019)

Gênero	2000	2019	Variação
Feminino	42,7%	45,0%	2,3%
Masculino	57,3%	55,0%	-2,3%
TOTAL	100,0%	100,0%	

Fonte: Anuários Estatísticos/ Elaboração: USP Mulheres

Por sua vez, a graduação nas áreas STEM registrou crescimento geral de 68,2%. No ano 2000, tinha-se uma mulher para cada três homens (3,6 mil alunas x 10,5 mil alunos). Já em 2019, passou-se para uma mulher a cada dois homens (7,9 mil alunas x 16 mil alunos). Ressalta-se que a única subárea com maior representação feminina foi Ciências da Vida, em que mulheres tornaram-se maioria a partir de 2005, internamente crescendo em 126%. Em Ciências Físicas, mulheres representavam menos de um terço da graduação em 2019. Em Ciências da Computação, um cenário de diferenças mais aprofundadas: mulheres eram 20,4% em 2000, passando a 15,7% em 2019, enquanto a representação masculina cresceu de 79,6% para 84,3%. Em Engenharia e Tecnologia, a disparidade indicou uma diminuição, passando de 86,9% e 13,1%, homens e mulheres, respectivamente, para 76% e 24% em 2019.

A graduação permite analisar, com detalhe, em quais áreas mais se encontram as alunas na USP. A maior presença de mulheres em cursos vinculados à ideia de cuidado ou saúde é indicativa de como são compreendidas as relações sociais de gênero, raça e classe enquanto “imbricadas e não necessariamente hierarquizadas”, também “construtoras de espaços e posições sociais de poder a partir dos quais os indivíduos agem e interagem” (LOMBARDI; CAMPOS, 2018, p. 29). A Escola de Enfermagem na USP é um exemplo: em 2019, alunas eram 372, enquanto alunos 67, em números absolutos.

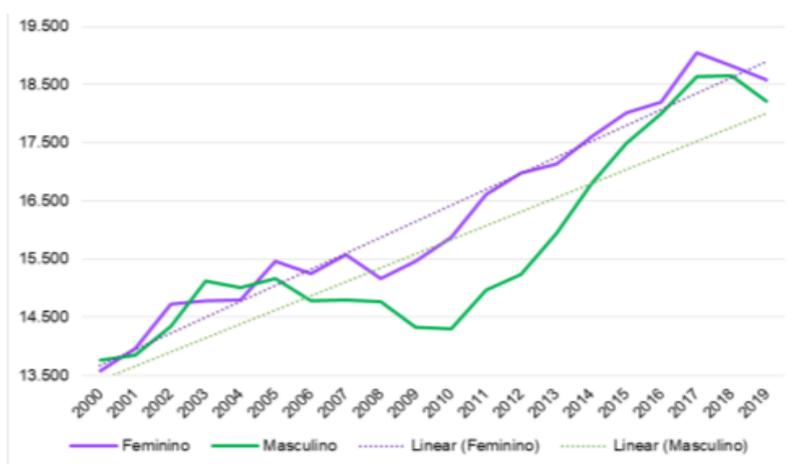
Logo, há a ênfase de certos essencialismos vinculados ao gênero: a ocupação de “trazer respostas concretas às necessidades dos outros” afirma a centralidade do trabalho de mulheres (HIRATA, 2016, p. 54). De forma concomitante, é elaborada uma enfermagem padrão branca capaz de configurar uma clivagem, dada por relações de gênero, raça, classe social e nível de qualificação, conforme se caminha do nível hierárquico mais alto (enfermeiros/as) ao mais baixo (técnicos/as e auxiliares) (LOMBARDI, CAMPOS, 2018, p. 36). São mulheres negras maioria a ocupar os escalões subalternos, patentes

profissionais menores e de maior contato direto com o corpo de pacientes, em contraponto às(aos) enfermeiras(os) com nível universitário, reiteram Lombardi e Campos (2018).

No entanto, é importante citar que a Enfermagem foi uma das poucas áreas cujo arcabouço teórico e prático teve suas bases fornecidas por mulheres. Esse é um contexto histórico de formação singular, quando tomado em contraposição às áreas como Direito, Medicina e Engenharia, com as quais mulheres tiveram seu exercício formalizado apenas a partir do século XX (LOMBARDI; CAMPOS, 2018, p. 31). Ainda que a tradição da universidade como um espaço masculino tenha sido rompida na década de 1970 (GUEDES, 2008, p. 124), tais profissões reconhecidas como “imperiais” (COELHO, 1999) ocuparam espaços de poder de forma hegemônica no Brasil pelo menos até 2000, quando já se observa a predominância da formação de uma nova elite burocrática (CARLOTTO, 2014, p. 172-175).

Compreender a trajetória histórica da constituição e afirmação de práticas monopolísticas que reforçaram as posições de prestígio dos três cursos citados (VARGAS, 2010), é fundamental para elaborar possibilidades acerca das especificidades de gênero na USP, inclusive no vínculo de pós-graduação. Nesse caso, foi observado maior equilíbrio na proporção de mulheres e homens, tendo, em 85% do período analisado, a proporção de mulheres ultrapassado a de homens.

Gráfico 2 — Evolução da população de pós-graduação, por gênero (2000 – 2019)



Fonte: Anuários Estatísticos/ Elaboração: USP Mulheres

Tabela 2 — Proporção feminina e masculina na pós-graduação da USP (2000 – 2019)

Gênero	2000	2019	Varição
Feminino	49,7%	50,5%	0,8%
Masculino	50,3%	49,5%	-0,8%
Total	100%	100%	

Fonte: Anuários Estatísticos/ Elaboração: USP Mulheres

As mulheres, maioria na pós-graduação em 2019, eram-na também em Humanidades (em 2019, 51%). Já em Exatas, elas oscilaram de 34%, em 2000, para 35% em 2019, contra 66% e 65% de homens. As mulheres são a maior parte em Biológicas, registrando oscilação de 62% para 65%, enquanto os pós-graduandos declinaram de 38% para 35%.

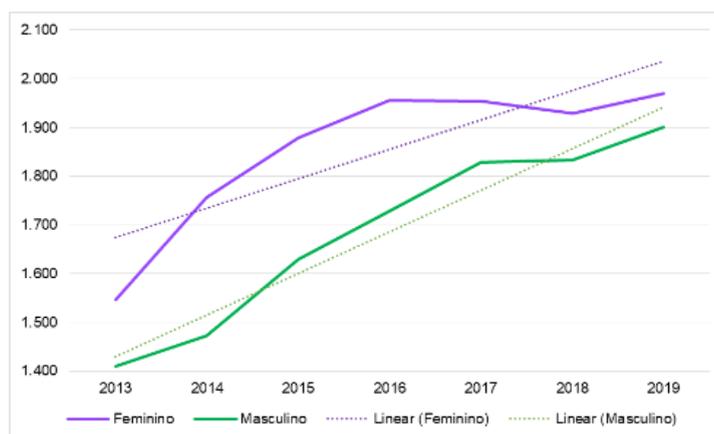
Nas áreas STEM, na pós-graduação em Ciências Físicas, a distribuição entre homens e mulheres, em 2000, era de 64,6% e 35,4%, respectivamente, permanecendo com mínima alteração nas quase duas

décadas observadas (66,2% e 33,8%). Para Ciências da Vida, a distribuição entre mulheres e homens no ano 2000 era de 46,9% e 53,1%, respectivamente, e se alterou para 42% e 58%, em 2019. Em Ciências da Computação, a distribuição entre homens e mulheres passou de 58% e 42%, respectivamente, em 2000, para 75,9% e 24,1% em 2019, ou seja, uma queda significativa das últimas. Já em Engenharia e Tecnologia, homens eram 73,2% e mulheres 26,8%, alterando-se para 68,3% e 31,7%.

Mais uma vez, as subáreas Ciências da Computação, e Engenharia e Tecnologia concentraram uma população masculina, mesmo em 2019. O que não impede considerar que o ensino superior seja depositário da aspiração feminina por mobilidade social, através da continuidade dos estudos, como possibilidade de ascensão e concorrência por melhores postos de trabalho, até mesmo, aqueles controlados tradicionalmente por homens (GUEDES, 2008, p. 121)¹⁴². São resultados de um cenário recente, em que “a participação feminina no mercado de trabalho e o sucesso profissional são encarados como atributos desejáveis e legitimados socialmente” (GUEDES, 2008, p. 129).

Para o pós-doutorado, contabilizado apenas a partir de 2013, as mulheres são maioria, registrando 52,3% no ano de 2013, e 50,9% em 2019, enquanto os homens registraram 47,7% e 49,1%.

Gráfico 3 — Evolução da população de pós-doutorado da USP, por gênero (2013 – 2019)



Fonte: Anuários Estatísticos/ Elaboração: USP Mulheres

Tabela 3 — Proporção feminina e masculina no pós-doutorado da USP (2013 – 2019)

Gênero	2013	2019	Varição
Feminino	52,3%	50,9%	-1,4%
Masculino	47,7%	49,1%	1,4%
Total	100%	100%	

Fonte: Anuários Estatísticos/ Elaboração: USP Mulheres

Em Humanidades, mulheres eram 53% em 2013 e decaíram para 49% em 2019. Por sua vez, homens passaram de 47% para 51%. Em Exatas, a diferença entre homens e mulheres manteve-se elevada desde o início da série, com esses representando cerca de 61% e mulheres constituindo 39%. Invertendo a hegemonia, elas são a maior parte da população de pós-doutorandos em Ciências Biológicas: mulheres

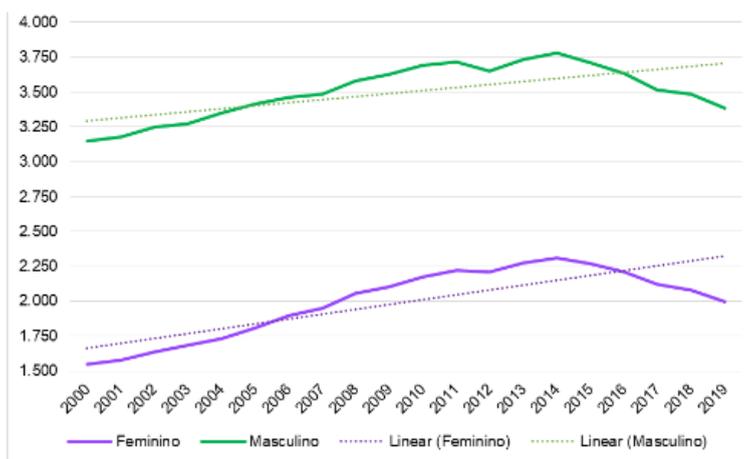
¹⁴² A autora ressalta, por outro lado, que tal fenômeno pode estar também conjugado à falta de alternativas no mercado de trabalho.

representaram 62% em todos os anos. Tal inversão segue a mesma tendência de maior ausência feminina nos quadros de Exatas.

Nas áreas STEM, em 2013, homens já constituíam a maioria (55,8%). Para Ciências Físicas, em 2013, eles representavam 65% da população, e as mulheres 35%. Em 2019, os mesmos passaram a 62,1%, e mulheres a 37,9%. Para Ciências da Vida, mulheres eram 59,8% em 2013 e 56,5% em 2019, enquanto homens passaram de 40,2% para 43,5%. Já em Ciências da Computação, as mulheres eram menos de um terço (30,8%) e, em 2019, mantiveram-se abaixo dessa proporção (29,5%). Os homens continuaram dominantes na área, passando de 69,2% em 2013, para 70,5% em 2019. Em Engenharia e Tecnologia, novamente uma alta disparidade: homens constituíam 61,5% da população no início da série e cresceram para 63,7% em 2019, enquanto mulheres declinaram de 38,5% para 36,3%.

Ainda assim, se nos vínculos discentes (graduação e pós-graduação) e de pós-doutorado se observa maior proporcionalidade entre os gêneros, o mesmo não ocorre na docência na Universidade de São Paulo. Aqui, a maior presença é masculina, mesmo na área mais proporcional, Humanidades. No cenário geral, em 2000, mulheres eram 32,9% do corpo docente e, quase duas décadas depois, oscilaram positivamente para 37,1%. Os homens, predominantes, correspondiam a 67,1%, diminuindo para 62,9% em 2019.

Gráfico 4 — Evolução da população de docentes da USP, por gênero (2000 – 2019)



Fonte: Anuários Estatísticos/ Elaboração: USP Mulheres

Tabela 4 — Proporção feminina e masculina na docência da USP (2000 – 2019)

Gênero	2000	2019	Varição
Feminino	32,9%	37,1%	4,2%
Masculino	67,1%	62,9%	-4,2%
Total	100%	100%	

Fonte: Anuários Estatísticos/ Elaboração: USP Mulheres

Neste período, somente 30,6% das docentes progrediram para a posição de professoras titulares, ao passo que os homens concentraram 69,4% das promoções ao topo da carreira universitária (ARRUDA, 2021). Essa avaliação, por si só, indica que, mesmo que mulheres tenham sido historicamente mais incentivadas a se dedicar às carreiras vinculadas à docência — em especial, na área de Ciências Humanas

(GUEDES, 2008, p. 123) —, a maior presença de homens ainda surge nesse vínculo específico com a Universidade e, possivelmente, em altos cargos de gestão, dado não contabilizado pelo estudo, mas que tende a evidenciar a manutenção da desigualdade. Daniela Vaz aponta a permanência da segregação hierárquica (ou “teto de vidro”) mesmo em carreiras do setor público brasileiro, fortalecendo um panorama em que poucas são as mulheres em altos cargos corporativos (VAZ, 2013, p. 766).

Novamente, surge como necessária a agregação de outras variáveis aos dados coletados, tais como parentalidade, cor/raça, etnia. Como exemplo, destacam-se os efeitos da experiência da parentalidade ao longo ou ainda antes do contato com a Universidade, para todos os vínculos. Essa é uma proposta que parte da consideração de que “tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetam desproporcionalmente apenas algumas” (CRENSHAW, 2002, p. 173) e que, nesse caso, apresentam-se de forma específica, inclusive, na experiência docente. Em geral, a frustração decorrente da restrição à docência e aos cargos de liderança parece apontar para a prevalência da “naturalização” (GUEDES, 2008, p. 120) de posições caracterizadas como femininas ou masculinas, em que aspectos como produtividade acadêmica e experiência docente não se configuram como critérios principais nos processos de seleção.

Na análise da docência, em Humanidades, os homens oscilaram de 62%, no ano 2000, para 60%, em 2019. As mulheres foram de 38% para 40% no mesmo período. Já em Exatas, o caso de maior distanciamento entre os gêneros, observou-se a participação masculina em 81% em 2000 e 77,3% em 2019. As mulheres oscilaram de 19% para 22,7%. Mesmo na área de Ciências Biológicas, as docentes figuram como minoria, representando 42% do total em 2000 e 47% em 2019, contra 58% de homens e 53% nos mesmos anos, respectivamente.

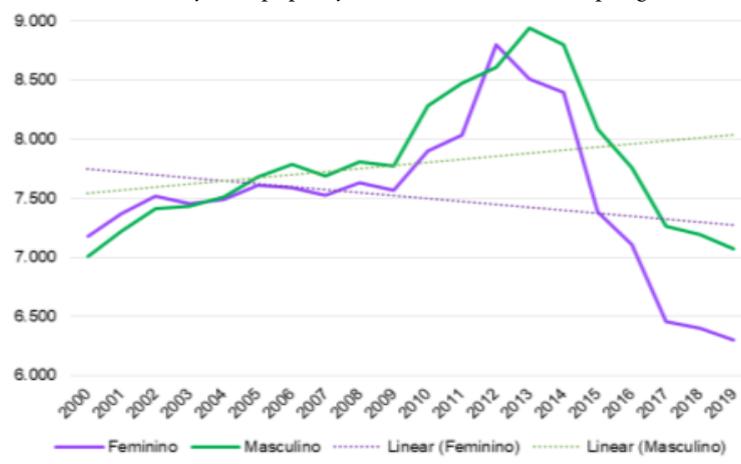
Das subáreas STEM, Engenharia e Tecnologia possui expressiva participação masculina, sendo que homens eram 91,1% do corpo docente em 2000, passando, em 2019, para 83,1%. As mulheres migraram de 8,9% para 16,9%. Em Ciências da Vida, eles eram 72,7% dos docentes, contra somente 27,3% de mulheres. Em 2019, eles representaram 64,1%, acompanhados de um aumento na proporção feminina para 35,9%. Em Ciências Físicas, homens oscilaram positivamente de 71,5% para 72,7% ao longo da série histórica, enquanto mulheres declinaram de 28,5% para 27,3%. Para Ciências da Computação, homens eram 62,5% e alcançaram 69,1% em 2019, quando mulheres eram 37,5% e decaíram para 30,9%. No período, somente 18% das mulheres docentes nas áreas STEM progrediram para a posição de professoras titulares, enquanto homens concentraram 82% das promoções ao topo da carreira (ARRUDA, 2021).

Chama a atenção que servidores técnico-administrativos sigam tendências de distribuição semelhantes às dinâmicas de gênero observadas nos vínculos anteriores: maior presença de mulheres nas áreas de Biológicas, seguido de Humanidades e, por fim, Exatas. Na primeira grande área, mulheres eram 60% no ano 2000 e foram a 56% em 2019, quando homens eram 40% e alcançaram 44%. Na segunda, mulheres passaram de 55% para 47%, e homens variaram de 45% para 53%. Na terceira, as servidoras, que em 2000 eram 40,2% da mão de obra, reduziram a sua participação para 38,1% em 2019, ao passo que os homens aumentaram a sua proporção de 59,8% para 61,9%.

Para servidores de STEM, na subárea de Ciências Físicas, a participação masculina aumentou de 57,6% para 60,9%, enquanto a representação das mulheres diminuiu de 42,4% para 39,1%. Em Ciências da Vida, elas oscilaram de 51% para 48%, enquanto homens variaram de 49% para 52%. Em Ciências da Computação, no ano de 2019, os servidores registraram 59%, contra 41% de presença feminina. Por fim,

na área de Engenharia e Tecnologia, os homens constituíam a maioria em 2000 (62,1%), e assim se mantiveram em 2019 (62,9%).

Gráfico 5 — Evolução da população de servidores da USP, por gênero (2000 – 2019)



Fonte: Anuários Estatísticos/ Elaboração: USP Mulheres

Tabela 5 — Proporção feminina e masculina de servidores da USP (2000 – 2019)

Gênero	2000	2019	Varição
Feminino	45,1%	42,5%	-2,6%
Masculino	54,9%	57,5%	2,6%
Total	100%	100%	

Fonte: Anuários Estatísticos/ Elaboração: USP Mulheres

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, quando a análise é aprofundada nas áreas STEM, níveis acentuados na diferença entre os gêneros se revelam. Aqui, a coleta de dados capazes de incluir outros marcadores sociais é justificada se tida em conta a afirmação de Judith Butler de que se torna “impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida” (BUTLER, 2003, p. 20), compreendendo os limites do discurso baseado em estruturas binárias. Para uma análise centrada nas experiências de mulheres negras na USP, por exemplo, é delineada uma premissa de estudo baseada no reconhecimento da “natureza interligada da opressão”, apontando para direções de pesquisa que busquem não generalizar a categoria “mulher” e que, tampouco, reafirmem “grandes omissões e distorções presentes nas próprias teorias sociológicas” (BUTLER, 2003, p. 120). É essencial, para tanto, considerar “a potencial utilidade de se identificar o próprio ponto de vista ao se conduzir uma pesquisa” (HILL COLLINS, 2016, p. 101). Tais afirmações podem se estender, em certo grau, à presença da população indígena na Universidade, cujos dados também se encontram de maneira dispersa. Essas são observações que devem ser analisadas junto à recente implementação, no ano de 2018, da reserva de vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (categoria PPI). Em conjunto, deve ser investigada a inserção, em 2010, da implementação do uso do nome social na USP.

Com isso, é possível refletir sobre a forma como a Universidade categoriza e analisa a noção de “gênero” (e, nesse caso, seria interessante um exercício conjunto e comparativo com outras instituições de

ensino superior públicas, ao menos, do estado de São Paulo). Sendo significativos os esforços descritos, incluindo o próprio desenvolvimento do estudo exposto no presente trabalho, a USP sinaliza para a incorporação de agendas vinculadas aos direitos humanos, marcadores sociais e ao gênero. Contudo, os instrumentos de coleta de dados institucionais, até 2019, não permitiam o cruzamento de dados de gênero com aqueles relacionados às condições socioeconômicas, e mesmo de autoclassificação da comunidade. A completa deslegitimação da classificação em homens e mulheres, em caráter oficial, não é o foco da proposta apresentada. Trata-se, sim, de reconsiderar seu uso restrito como categoria de identificação, incapaz de agregar as demais variáveis que compõem a experiência na Universidade, o que apontaria para a complexificação da própria conceituação de gênero.

Dessa maneira, é retomada a defesa de que “nenhuma sociedade pode, verdadeiramente, reivindicar-se como homogênea” (CRENSHAW, 2002, p. 184). Homogeneidade que parece acompanhar a dicotomia traçada entre homens e mulheres, simplesmente. Tal divisão anuncia uma distinção que ainda guarda vínculos com diferenças pautadas pelo corpo, podendo se afirmar enquanto uma das formas de “transcrever em termos biológicos o discurso político” (FOUCAULT, 2005, p. 307). Isto posto, é fundamental recuperar a não existência de “uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados”, compreendendo que onde há poder, há resistência (FOUCAULT, 1977, p. 104-105), e que biológico e histórico não são sequência, ou seja, não há dado da natureza puro, imparcial e objetivo.

A partir da proposta de unificação do processo de coleta, harmonização e apresentação dos dados, com a possibilidade de análise específica dos cursos de cada unidade (o que permitiria um aprofundamento mais localizado de disparidades que podem ser observadas dentro de uma mesma unidade), é esperado que sejam fomentadas políticas institucionais mais adaptadas à realidade da população da Universidade de São Paulo, e que possam provocar mudanças positivas na experiência dos vínculos com a instituição, em todos os *campi*. Junto a essas ações, o mapeamento de percepções em relação à segurança e infraestrutura da USP, ao acesso à serviços, atividades culturais e esportivas promovidas, podem oferecer uma análise pormenorizada de demandas e necessidades da Universidade, compreendendo, nesse contexto, que a categoria “gênero” não deve se restringir à dicotomia e homogeneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Mulheres nas áreas STEM da USP e a busca pela equidade. *Jornal da USP*, São Paulo, 15 set. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/mulheres-nas-areas-stem-da-usp-e-a-busca-pela-equidade/>. Acesso em: 07 jul. 2023.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARLOTTO, Maria Caraméz. *Universitas semper reformanda? A história da Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social*. 2014. 570 f. Tese (doutorado em sociologia). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2014.
- COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CRENSHAW, Kimberley. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. *Revista Estudos Feministas*, vol.10, n.1, 2002, p.171-188.
- FOUCAULT, Michel. "Aula de 17 de março de 1976". In: *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *História da Sexualidade. Vol. 1*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- GUEDES, Moema de Castro. *A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online]. 2008, v. 15, p. 117-132. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000500006>. Acesso em: 11 mai. 2023.
- HILL COLLINS, Patricia. "Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro". *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, nº 1, 2016.
- HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado: comparando Brasil, França e Japão. *SUR* 24, v. 13, n.24, 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2022.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- LOMBARDI, M. R.; CAMPOS, V. P. *A Enfermagem no Brasil e os contornos de gênero, raça/cor e classe social na formação do campo profissional*. *Revista da ABET*, [S. l.], v. 17, n. 1, 2018. DOI: 10.22478/ufpb.1676-4439.2018v17n1.41162. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/41162>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- OYEÛMÍ, Oyèrónké. "Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas". In: HOLLANDA, H.B. (Org.) *Pensamento Feminista: Perspectivas Decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

SCOTT, Joan. “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”. In: HOLLANDA, H.B. (Org.) *Pensamento Feminista: Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p.49-80.

STOLCKE, Verena. “*Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?*”. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20, 1991.

VARGAS, H. M. *Sem perder a majestade: “profissões imperiais” no Brasil*. *Estudos de Sociologia*, [S. l.], v. 15, n. 28, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/2553>. Acesso em: 4 jul. 2022.

VAZ, Daniela Verzola. *O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil*. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 765-790, 2013. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182013000300007>.